



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA BAHIA

Tribunal de Justiça do Estado da Bahia
Comissão Especial de Informática

RESULTADOS

Ref.: **Junho/2026**

1. **PERFIL DE ASSESSOR MASTER**— a Comissão cobrou à SETIM o andamento do desenvolvimento da funcionalidade “Assessor Master”, que permitirá a um assessor de cada Desembargador consultar a Pauta de Julgamento das Sessões Virtuais, após a devida autorização do Tribunal Pleno. A SETIM informou que o projeto está em andamento, estimando um prazo de 60(sessenta) dias para conclusão dos trabalhos. O Presidente da CEIN determinou à secretaria do Colegiado que comunicasse ao Desembargador Renato Marques, que encaminhara expediente à Comissão solicitando a implementação da funcionalidade, quanto às providências adotadas.
2. **CALENDÁRIO DE PARADAS - RELATÓRIO DA MANUTENÇÃO DO SÃO JOÃO** – a Comissão Especial de Informática solicitou à SETIM apresentação de relatório sobre a parada para manutenção técnica realizada durante os feriados de São João. No documentom, o Titular da DIN/SETIM informou que a atividade fora concluída com sucesso. Segundo o Diretor, a substituição do *storage* proporcionou significativa recuperação de espaço de armazenamento e melhorias no desempenho do sistema, com tempo de execução inferior ao inicialmente previsto. Como ponto de atenção, foi identificada a comunicação tardia aos parceiros externos, uma vez que a divulgação da manutenção no portal do TJBA ocorreu com apenas sete dias de antecedência. A SETIM informou, ainda, que, durante a referida parada programada, foram disponibilizados: (i) um portal automatizado de peticionamento para o Plantão Judiciário de 1º Grau; e (ii) um ambiente de simulação, com réplica do ambiente de produção, destinado à consulta processual. Deliberou-se que as comunicações referentes às próximas paradas deverão observar o fluxo SETIM → AEPTIC → AEP-2 (comunicação institucional). Deliberou-se, ainda, que, para aprimoramento da comunicação com os Órgãos externos, as informações sobre manutenções programadas deverão ser divulgadas na página principal do Tribunal, por meio de banner em destaque, com antecedência adequada e



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA BAHIA

Tribunal de Justiça do Estado da Bahia
Comissão Especial de Informática

atualizações periódicas até conclusão dos serviços.

3. **PROCESSO CNJ - PRIORIDADE PARA PROCESSOS QUE ENVOLVAM PESSOAS C/ TEA E SIGILO PROCESSUAL PARA AQUELES COM PARTES PORTADORAS DE HIV E OUTRAS DOENÇAS** – a CEIN solicitou à SETIM posição sobre o andamento dos trabalhos necessários à implementação, no sistema PJE das referidas determinações. A SETIM respondeu dizendo que há previsão de entrega para homologação entre o final de julho e o início de agosto. Disse, ainda, que a equipe técnica avalia a existência de solução na versão nacional do PJe, a fim de evitar desenvolvimento local, haja vista encontrar-se em momento de preparação para realizar a atualização do referido sistema para a versão 2.10.
4. **FERRAMENTA OXÓSSI E PESQUISA INTELIGENTE DE ACERVO** – durante a reunião ordinária do mês de junho, discutiu-se a necessidade de disponibilização de uma ferramenta avançada de pesquisa e gestão inteligente do acervo processual, capaz de realizar cruzamentos de dados com base em múltiplos critérios — tais como assunto, classe processual, advogado e município —, bem como promover categorização automática de processos e análises preditivas. Foi ressaltado que a ferramenta Oxóssi, em sua configuração atual, limita-se à realização de buscas textuais, sem contextualização semântica dos resultados. Foi informado pela SETIM que o Núcleo de Inteligência Artificial, recentemente instituído, encontra-se desenvolvendo projeto de integração de um modelo de linguagem de grande porte (LLM) ao Oxóssi, com o objetivo de agregar contexto e inteligência às consultas realizadas. Deliberou-se pela manutenção do tema na pauta permanente da CEIN, com a expectativa de que o Núcleo de Inteligência Artificial apresente, nas próximas reuniões, proposta estruturada para a evolução da ferramenta, contemplando, entre outros recursos, painéis gerenciais (dashboards) e relatórios pré-configurados, baseados em padrões de consulta previamente definidos.
5. **IMPLANTAÇÃO DO E-PROC** – a SETIM comunicou à Comissão que o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em relatório de inspeção recentemente divulgado, determinara que qualquer eventual migração para o sistema Eproc seja precedida da elaboração de relatório técnico comparativo. Esclareceu, ainda, a Secretaria de Tecnologia da Informação, que já iniciara o levantamento das



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA BAHIA

Tribunal de Justiça do Estado da Bahia
Comissão Especial de Informática

informações necessárias, as quais serão encaminhadas à consultoria Gartner para emissão de parecer técnico. Segundo relatado, o estudo deverá contemplar a análise de funcionalidades, os investimentos já realizados e aqueles necessários à eventual migração — incluindo aspectos financeiros, recursos humanos e capacitação de usuários —, além dos custos operacionais e da correspondente avaliação de custo-benefício. Por fim, foi informado que o processo de implantação do Eproc no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia deverá permanecer suspenso até conclusão do referido relatório e sua posterior apresentação ao CNJ.

Salvador, 06 de julho de 2026.

AFRÂNIO PEDREIRA DE OLIVEIRA JUNIOR
Comissão Especial de Informática do TJBA